

Governança Corporativa

A política de Governança Corporativa do Banpará resume-se às regras que regem o relacionamento dos interesses do acionista controlador, acionistas minoritários e administradores. Busca enfatizar as decisões adotadas, visando aprimorar o relacionamento com seus acionistas. Isso implica cumprir com as boas práticas de governança corporativa, como a contínua prestação de contas da Diretoria Executiva, demonstrando que a gestão está alinhada às diretrizes estratégicas previamente definidas, à transparência – assegurada pela qualidade e periodicidade das informações prestadas a investidores e ao mercado, à equidade concernente ao equilíbrio de direitos entre acionistas, inclusive os minoritários, e a responsabilidade corporativa na conformidade com as regras (compliance). A relação entre as práticas de governança e a condição do Banco como economia mista realça a primazia dos critérios técnicos que, em qualquer circunstância, pautam a atuação do Banpará. Como destaque, tem-se:

- A administração colegiada é norma em todos os níveis do Banco, conferindo maior participação, isenção e segurança ao processo decisório;

- Os negócios do Banco estão em conformidade com a legislação vigente, sendo monitorados por meio de sistema de controles internos e acompanhados pelos órgãos fiscalizadores;

- A função risco de crédito é apartada da função negócio que envolve, além de aspectos técnicos, fatores negociais. Esta segregação visa garantir integridade e isenção nas decisões, no sentido de preservar os ativos e o resultado do Banco;

- Possui política de divulgação de atos e fatos relevantes e de negociação com valores mobiliários de emissão do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará, e;

- Possui código de ética e normas de conduta profissional.

Decisões da Assembléia de Acionistas

Na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de junho foram tomadas importantes decisões para os acionistas do Banco. Entre outras matérias da AGE, a deliberação de amortizar o prejuízo acumulado no valor de R\$192.425 mil (posição em 31.12.2007), mediante redução do Capital Social, tendo como contrapartida: i) Capital Social, no valor de R\$186.318 mil, e ii) Reservas de Capital, no valor de R\$ 6.107 mil. Foi deliberado, também, o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do Capital Social, na relação de 1.000 (mil) para 1 (um), de modo que cada 1.000 (mil) ações, de titularidade de cada um dos acionistas, passem a ser representadas por 1 (uma) ação após o referido grupamento. Dessa forma, a partir de 30.06.2008, o Capital Social do Banco passou a ser de R\$ 105.895 mil, representado por 9.521.649 (nove milhões, quinhentos e vinte um mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Tais deliberações encontram-se em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Gestão de Riscos, Controle Interno e Lavagem de Dinheiro

Visando avaliar e aperfeiçoar os Controles Internos, garantir a aderência às leis, regulamentos, códigos de conduta e normas vigentes, e adotar as melhores práticas de Gerenciamento de Riscos, em consonância com as recomendações de Basiléia II e Resoluções do Conselho Monetário Nacional, o Banco do Estado do Pará buscou melhorar, ainda mais, os processos internos, sistemas e controles, além de investir na capacitação de seus funcionários, para minimizar sua exposição a riscos.

Risco de Crédito

O Banco adota como referência os indicadores de concentração de crédito, inadimplência, garantias e níveis de risco por cliente e por operações. A carteira de crédito comercial apresenta baixos riscos inerentes, decorrentes da pulverização em operações de baixo valor, boa qualidade das garantias e baixa exposição a riscos de pré-transação e processamento. O crescimento da carteira de operações de crédito e a respectiva diminuição do índice de inadimplência evidenciam a aderência à política de crédito do Banpará e melhoria das rotinas e ferramentas associadas ao processo de avaliação, monitoramento e cobrança. Todas as operações estão classificadas por nível de

risco em consonância com as determinações da Resolução - CMN nº 2.682/98.

Risco de Mercado e Liquidez

O risco inerente às operações pré-fixadas passivas e ativas é calculado através do modelo de VaR Padrão, que gera uma exigência de capital a ser alocado, definido pelo Banco Central do Brasil, por meio da Circular nº 2.972/00. Os riscos de mercado do Banco são reduzidos, o que se evidencia pelo baixo VaR Padrão de aproximadamente 2,8% do PLA (Patrimônio Líquido Ajustado), refletindo as operações de baixo risco e elevada segurança. Os riscos de crédito de contrapartes são baixos, em virtude do tipo de operações realizadas na Tesouraria, que se restringem, basicamente, às operações compromissadas com lastro de títulos públicos federais. O risco de liquidez é gerenciado mediante o acompanhamento dos descasamentos das posições e o monitoramento dos níveis de liquidez pelo Comitê de Risco de Mercado e Liquidez, em consonância com as determinações da Resolução – CMN nº 2.804/00. Os riscos de liquidez são baixos, devido ao grande volume de ativos de liquidez imediata, tais como títulos públicos federais e operações compromissadas e por montante significativo de depósitos estáveis.

Risco Operacional

O Banco utiliza a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais. Implantou o modelo de Auto-Avaliação de Controles Internos, Control Self Assessment – CSA, que contempla os processos críticos de negócios definidos na Política de Risco Operacional. Os riscos inerentes a esses processos, os requisitos de controles e a criação de Planos de Ação para mitigá-los, em cumprimento às exigências das Resoluções - CMN nº 2.554/98 e 3.380/07.

Lavagem de Dinheiro

Em consonância com a legislação e normas pertinentes à Prevenção a Lavagem de Dinheiro, o Banco possui política, procedimentos internos, ferramentas, organização e treinamentos adequados, que permitem a monitoração e identificação eficazes de operações atípicas, sem justificativas plausíveis. Essas providências estão detalhadas no site do Banco: www.banparanet.com.br

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria AUDIMEC – Auditores Independentes abrangem exclusivamente os de auditoria externa.

Índices Operacionais

Índice de Imobilização – Em 30.06.2008, o índice de imobilização do banco era 23,9%, ante a 33,7% apresentado em 30 de junho de 2007, abaixo, portanto, do limite máximo permitido, que é de 50% do patrimônio líquido ajustado.

Índice de Basiléia – O ativo ponderado pelo nível de risco requer patrimônio líquido de R\$ 51.513 mil. Em 30.06.2008, o Banpará apresentou patrimônio líquido de R\$ 127.369 mil, superior, portanto, ao limite mínimo exigido na forma da Resolução CMN nº 2.099/94.

Ouvidoria

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.477, de 26/07/2007, que visa assegurar a observância nas normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, o Banpará mantém o serviço de Ouvidoria que pode ser acessado por intermédio dos seguintes canais de comunicações: FONE: 0800-280-9040; FAX 91 3222-1468; www.banparanet.com.br; Av. Nazaré, 1329, CEP: 66.035-170.

Agradecimento

Os resultados e as conquistas positivas alcançadas durante o 1º Semestre de 2008 devem ser creditadas à atuação dedicada e competente de seus colaboradores, à confiança dos seus acionistas e clientes e, em especial, ao apoio recebido do Governo do Estado do Pará. A Diretoria agradece a todos aqueles que têm colaborado para a consolidação de um Banpará socialmente forte e competitivo.

A Diretoria**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2008 E 2007**
(Em milhares de reais)

	30.06.08	30.06.07
ATIVO		
Circulante	1.033.520	786.160
Disponibilidades	56.033	52.679
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	644.523	500.111
Aplicações no Mercado Aberto	614.356	469.999
Aplicações em Depósitos		
Interfinanceiros	30.167	30.112
Títulos e Valores Mobiliários	1.048	12.172
Carteira Própria	699	11.995
Instrumentos Financeiros		
Derivativos	349	20
Vinculados à Prestação de Garantias	-	157
Relações Interfinanceiras	74.652	47.419
Pagamentos e Recebimentos		
a Liquidar	4.763	3.164
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central	69.228	44.123
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	35	33
Correspondentes	626	99
Operações de Crédito	231.942	153.531
Operações de Crédito:		
Setor Público	931	895
Setor Privado	251.168	176.023
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(20.157)	(23.387)
Outros Créditos	22.383	17.270
Carteira de Câmbio	151	183
Rendas a Receber	468	20
Diversos	22.759	17.474
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(995)	(407)
Outros Valores e Bens	2.939	2.978
Outros Valores e Bens	5.098	5.308
(Provisões para Desvalorizações)	(2.210)	(2.360)
Despesas Antecipadas	51	30
Realizável a Longo Prazo	626.818	544.954
Títulos e Valores Mobiliários	481.304	454.551
Carteira Própria	466.080	415.151
Vinculado a Compromissos de Recompra	15.224	39.400
Relações Interfinanceiras	48.437	46.191
Créditos Vinculados:		
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	48.437	46.191
Operações de Crédito	97.077	44.212
Operações de Crédito:		
Setor Público	1.046	1.956
Setor Privado	104.411	48.731
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(8.380)	(6.475)
Permanente	30.600	31.798
Investimento	39	39
Outros Investimentos	182	182
(Provisão para Perdas)	(143)	(143)
Imobilizado de Uso	30.299	31.536
Imóveis de Uso	45.328	45.327
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)	36.464	33.669
	(51.493)	(47.460)
Diferido	262	223
Gastos de Organização e expansão (Amortização acumulada)	476	359
	(214)	(136)
Total do Ativo	1.690.938	1.362.912

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.